

Moratória à vista

A decisão do Governo de restabelecer o controle do Banco Central sobre todos os pagamentos internacionais, mediante a centralização do câmbio, e a desvalorização em doze por cento do cruzado em relação ao dólar, configuram uma nova tática para resolver dificuldades emergenciais. Por um lado, pretende-se reduzir o repatriamento indevido de divisas e opor resistência eficaz a manobras especulativas em operações com o mercado externo. Por outro, realinhar sobre custos operacionais favoráveis o segmento produtivo vinculado às exportações, de modo que a balança comercial possa fechar o exercício com um saldo mínimo de 16 bilhões de dólares.

Mas o objetivo estratégico das medidas consiste em evitar o comprometimento das reservas cambiais, calculadas hoje em torno de seis bilhões de dólares, com o resgate de juros e parcelas da dívida externa. Com a visão posta sobre a situação argentina, cujo esgotamento das reservas em dólares abriu espaço à investida da hiperinflação, o Governo passa a praticar uma política cambial capaz de evitar pressões indesejáveis sobre os níveis internos de estabilidade econômica.

Não há dúvida de que as inovações agora introduzidas no controle do câmbio e nos mecanismos de equivalência cambial para aumentar a competitividade das exportações são faces de uma política monetária destinada a assegurar as coordenadas econômicas internas em razão dos desequilíbrios nas contas externas. A sustentação das reservas cambiais no nível mínimo de seis bilhões de dólares e a conquista de um saldo pelo menos de 16 bilhões de dólares na balança comercial não bastam, to-

davia, para atribuir alguma segurança na administração dos compromissos externos do Brasil. Em setembro próximo, vencerá uma parcela de juros da ordem de três bilhões de dólares e, até agora, os gestores das contas externas não têm a mínima esperança de conseguir a importância sem a liberação de empréstimos procedentes de instituições internacionais de crédito, em primeiro plano o FMI e os bancos privados.

Portanto, as providências agora adotadas não eliminam a possibilidade de o Brasil proceder a uma nova moratória, unilateral ou consensual, hipótese também já admitida pelos credores. Apesar das recomendações das sociedades industrializadas para que os agentes oficiais do sistema financeiro internacional ajudem as nações endividadadas, o FMI mostra-se relutante em pactuar condições moderadas para a rolagem da dívida externa. Argumenta que o Governo brasileiro, além de não cumprir a meta para a redução do déficit público a dois por cento do PIB, acaba de admitir gastos que deverão elevá-lo, ao final do exercício, a nove por cento.

Como, porém, os bancos privados reduziram os estoques da dívida mexicana em 16 bilhões de dólares, além de conceder-lhe empréstimo adicional de 1,8 bilhão de dólares para o resgate de juros vencíveis, há esperança de que tal iniciativa seja estendida ao Brasil, única forma de fazê-lo renunciar à moratória. Assim, as inovações introduzidas agora no câmbio e a criação de condições favoráveis para sustentação das exportações em níveis adequados, deverão ser seguidas de urgentes conversações com os credores internacionais para resolver o problema emergencial da dívida externa.